

DESTAQUES DA SEMANA

Tecnologia da Informação

28 de outubro a 1º de novembro de 2024

Nesta Edição

- △ [Proteção de Dados](#)
- △ [Internet](#)
- △ [5G no Brasil](#)
- △ [Segurança Cibernética](#)
- △ [Inteligência Artificial](#)
- △ [Inclusão Digital](#)
- △ [Educação](#)
- △ [Mídias Sociais](#)
- △ [e-Games](#)
- △ [Governo Digital](#)
- △ [Economia & Tributário](#)
- △ [Trabalhista](#)
- △ [Internacional](#)
- △ [Administração Pública](#)
- △ [Consultas & Compras Públicas](#)
- △ [Nomeações](#)

Proteção de Dados

- **Desrespeito à LGPD no setor público exige que ANPD reveja regulação.** A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Brasil ainda enfrenta desafios significativos, especialmente em relação à adequação dos órgãos públicos. Um estudo revela que as seis sanções aplicadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) até o momento indicam uma preocupante maioria de penalidades direcionadas a entidades públicas, evidenciando uma ampla falta de conformidade com a legislação. Essa situação ressalta a urgência de um aprimoramento nas práticas de proteção de dados nos setores públicos, que precisam se adaptar adequadamente às exigências da LGPD para garantir a segurança e a privacidade das informações dos cidadãos. Com informações de: [Convergência Digital](#)

Internet

- **TIC Domicílios 2024: 60% usam internet exclusivamente pelo *smartphone*.** A evolução do acesso à internet no Brasil nas últimas duas décadas é evidenciada pela pesquisa TIC Domicílios 2024, divulgada pelo Cetic.br. Em 2005, apenas 13% das residências urbanas contavam com internet, enquanto atualmente esse número salta para 85%. O celular se tornou o principal meio de conexão, com **99%** dos usuários optando pelo dispositivo, sendo que **60%** acessam a rede exclusivamente por meio do *smartphone*. A desigualdade social é notável, pois entre as famílias de menor renda, esse percentual chega a 86%. Além disso, a pesquisa indica que o acesso por celular é mais comum entre mulheres (**66%**) e grupos de negros e pardos (**56%** e **66%**, respectivamente) em comparação aos homens (**54%**) e brancos (**51%**). **Alexandre Barbosa**, gerente do Cetic.br, ressalta que a transformação no cenário de conectividade é notável, refletindo uma transição significativa de 2008, quando as *lan houses* eram o principal local de acesso à internet, geralmente por meio de computadores, para um panorama atual onde quase todos utilizam seus próprios domicílios e smartphones para se conectar. Com informações de: [Abranet](#)

5G no Brasil

- **5G está liberado em 96% do Brasil.** A partir do dia 4 de novembro, as operadoras que adquiriram lotes na faixa de **3,5 GHz** poderão solicitar à Anatel o licenciamento e a ativação de estações 5G em 189 novos municípios, conforme decidido em reunião do Grupo de Acompanhamento da Implantação das Soluções para os Problemas de Interferência (GAISPI) nesta quarta-feira (30). Com essa ação, o número total de municípios com a faixa de 3,5 GHz disponível para estações 5G *standalone* aumentará para 5.380, abrangendo quase 210 milhões de brasileiros, ou seja, mais de 98% da população do país. Para facilitar o monitoramento, o GAISPI irá disponibilizar um painel de dados que apresentará quais municípios já têm a faixa liberada e o planejamento para futuras liberações. Com informações de: [Convergência Digital](#)

Segurança Cibernética

- **Criação de agência contra ataques cibernéticos ganha força em subcomissão.** O Brasil, um dos países mais afetados por ataques cibernéticos, está considerando a criação de uma estrutura de governança dedicada ao compartilhamento de informações e defesa contra essas ameaças. Em uma reunião da Subcomissão Permanente de Defesa Cibernética, realizada na quarta-feira (30), o general **Alan Denilson Lima Costa**, comandante de Defesa Cibernética do Exército, destacou a urgência de investimentos e a modernização da infraestrutura nacional para enfrentar os desafios impostos pelo avanço tecnológico. Ele citou exemplos de outras nações que já estão implementando órgãos similares de governança, enfatizando a importância de uma resposta coordenada às crescente atividade cibercriminalo global. O presidente da subcomissão, senador **Esperidião Amin** (PP/SC), reforçou essa necessidade, afirmando que o colegiado deverá apresentar uma proposta até o final do ano sobre a possibilidade de estabelecer uma agência de defesa cibernética no país. Amin declarou que a ideia de criação desse órgão está se consolidando, dada a crescente demanda por uma estratégia eficiente de segurança cibernética no Brasil. Com informações de: [Agência Senado](#)

- **Pronto para pauta da CCOM projeto que visa coibir crimes cibernéticos contra crianças e adolescentes.** A deputada **Silvye Alves** (UNIÃO/GO) apresentou [parecer favorável](#) ao [PL 2514/2015](#) (*coibir crimes cibernéticos contra crianças e adolescentes*) e apensado, com substitutivo, no âmbito da Comissão de Comunicação (CCOM). De autoria da CPI da Pedofilia do Senado Federal, o projeto “*disciplina a forma, os prazos e os meios de preservação e de transferência de dados informáticos mantidos por fornecedor de serviço a autoridades públicas, para fins de investigação criminal envolvendo delito contra criança ou adolescente*”. A matéria encontra-se [pronta para inclusão na pauta deliberativa](#) da Comissão. Após análise da CCOM, o projeto ainda passa pelo crivo das Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO); de Finanças e Tributação (CFT); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e pelo Plenário. Caso aprovada na forma de substitutivo, a matéria retorna ao Senado Federal.
- **Hackers do bem: cyber simuladores estão entre os vencedores.** O Programa *Hackers do Bem*, uma iniciativa promovida pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) com a colaboração do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, além de parcerias com a Softex e o Senai-SP, anunciou a [seleção de 4 novos Grupos de Trabalho \(GTs\) dedicados ao desenvolvimento de soluções inovadoras na área de cibersegurança](#). Os projetos escolhidos variam desde **simulações práticas** até plataformas de **aprendizado gamificadas**, com o intuito de implementar ambientes de ensino nos Pontos de Presença (PoPs) da RNP. Essa abordagem visa proporcionar aos estudantes uma experiência de aprendizado mais dinâmica e realista durante a fase da Residência Tecnológica. Com informações de: [Convergência Digital](#)

Inteligência Artificial

- **STJ usa LGPD em precedentes de perfil por IA, sigilo e poder público.** Desde a implementação da [Lei Geral de Proteção de Dados \(LGPD\)](#) em 2018, o **Superior Tribunal de Justiça (STJ)** já estabeleceu **5 precedentes relevantes**, que [refletem a interpretação da legislação em casos concretos](#). O STJ tem analisado [os efeitos do uso de inteligência artificial para perfilamento de dados](#), considerando ainda a natureza pessoal das informações coletadas de prestadores de serviços de aplicativos. Esses precedentes são fundamentais para o entendimento e a adequação à LGPD, [trazendo clareza sobre as obrigações e os limites na utilização e proteção dos dados pessoais no Brasil](#), em um cenário tecnológico em constante evolução. A aplicação da lei é essencial para garantir a privacidade e a segurança dos indivíduos, especialmente em um contexto onde a coleta e o processamento de dados digitais são cada vez mais comuns. Com informações de: [Tele Síntese](#)
- **Enap lança laboratório de Inovação em inteligência artificial.** Na manhã de quarta-feira (30), a presidente da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), **Betânia Lemos**, [inaugurou o Laboratório de Inovação em Inteligência Artificial \(LIIA\)](#) durante a Semana de Inovação, em Brasília. A cerimônia contou com a presença da diretora de Inovação, **Camila Medeiros**, e da coordenadora-geral do LIIA, **Patrícia Baldez**, que também [assinaram um termo de parceria para a implementação do projeto](#). O LIIA tem como objetivo desenvolver soluções

de inteligência artificial para apoiar decisões governamentais embasadas em dados, priorizando a **análise de big data** e a criação de **cenários preditivos**, com especial atenção à ética e à mitigação de riscos. Betânia Lemos ressaltou que a nova estrutura permitirá uma aproximação efetiva do governo com a população, facilitando a resolução de problemas digitais. Por sua vez, **Patrícia Baldez** enfatizou que, embora o laboratório se concentre em inteligência artificial, seu foco é voltado para o interesse público. **Camila Medeiros** complementou que a incorporação da IA no setor público é inadiável, posicionando o LIIA como parte de um esforço mais abrangente para a inovação e modernização da administração pública, utilizando tecnologia para melhorar a eficiência e a transparência das ações governamentais. Com informações de: [ASCOM MGISP](#)

- **B20 reforça pleito de conectividade e lança recomendações para IA.** O B20, que serve como plataforma oficial de interação entre a comunidade empresarial e o G20, divulgou na sexta-feira (25), um relatório abordando suas iniciativas e recomendações para os líderes dos países membros. Dentre os principais pontos destacados, o documento enfatiza boas práticas para a utilização da Inteligência Artificial, ressaltando a necessidade urgente de expandir a conectividade digital entre as nações. A declaração apresentada pelo fórum reflete a preocupação crescente em garantir que as tecnologias emergentes, como a IA, sejam utilizadas de forma responsável e eficiente, promovendo um ambiente propício para a inovação e o desenvolvimento econômico. Além disso, o relatório sugere que a melhoria da infraestrutura digital é essencial para suportar essas práticas e garantir que todos os países possam se beneficiar igualmente dos avanços tecnológicos. Com informações de: [Tele Síntese](#)

Inclusão Digital

- **Programa Conecta e Capacita é tema de audiência pública no Senado.** Em audiência pública realizada no Senado Federal nesta quarta-feira (30), o secretário de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), **Inácio Arruda**, anunciou a inclusão do programa Conecta e Capacita no **Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)** do governo Federal, um feito inédito. Durante a apresentação na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), solicitado pelo senador **Fernando Dueire** (MDB/PE), Arruda ressaltou a importância da integração da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) com contratos das pastas do MCTI, das Comunicações e da Educação, para expandir a conectividade nas instituições de ensino superior e entre escolas em diversas regiões do país. O objetivo é levar internet a áreas remotas, como as regiões ribeirinhas do Amazonas, Amapá e Pará, ampliando a rede de conexão da RNP. Para isso, será investido aproximadamente **R\$ 500 milhões**, com a maior parte desse montante destinada ao programa Conecta, que visa promover a inclusão digital e a melhoria da infraestrutura de tecnologia da informação no Brasil. Com informações de: [ASCOM MCTI](#)

Educação

- **Comissão de Educação aprova projeto que proíbe uso de celular em escolas.** A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou um [PL 104/2015](#) que visa restringir o uso de celulares e outros dispositivos eletrônicos por estudantes da educação básica em escolas públicas e privadas, abrangendo também os períodos de recreio e intervalos. A proposta é especialmente voltada para a proteção de crianças de até 10 anos, proibindo não apenas o uso desses aparelhos, mas também seu porte por alunos da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, com o intuito de evitar potenciais abusos. No entanto, a nova legislação permite que os celulares sejam utilizados em sala de aula, desde que para finalidades pedagógicas, ao longo de toda a educação básica. Além disso, o projeto contempla o uso de dispositivos móveis para questões de acessibilidade, inclusão e necessidades médicas, equilibrando restrições e a utilização de tecnologia no ambiente escolar. A medida visa contribuir para um ambiente educacional mais seguro e focado no aprendizado, ao mesmo tempo em que reconhece a importância dos recursos tecnológicos em determinadas condições. Com informações de: [Agência Câmara](#)

Mídias Sociais

- **Regular plataformas digitais é ato de soberania nacional, diz advogado-geral da União.** O advogado-geral da União, **Jorge Messias**, destacou a maturidade do debate nacional sobre a regulamentação das plataformas digitais, durante o XXVII Congresso Internacional de Direito Constitucional, realizado em Brasília. Ele afirmou que o Brasil possui condições para elaborar um marco legal que assegure a proteção da sociedade e a liberdade de expressão. Messias enfatizou a importância da responsabilização das plataformas, considerando o tema uma questão de soberania nacional, uma vez que essas empresas operam em um setor altamente lucrativo. “Precisamos submetê-los aos interesses da sociedade”, disse ele, referindo-se à necessidade de balancear a lucratividade com as responsabilidades sociais. O advogado-geral indicou que o governo federal, o Congresso Nacional e o Judiciário têm discutido a questão há cerca de 2 anos, o que permite que o país esteja apto a apresentar uma legislação consistente. Com informações de: [ASCOM AGU](#)

e-Games

- **CSAÚDE irá debater os efeitos e o aumento dos casos de dependência de jogos de apostas eletrônicas.** A Comissão de Saúde (CSAÚDE) da Câmara dos Deputados aprovou, nesta terça-feira (29), [requerimento](#) apresentado pelo deputado **Messias Donato** (REP/ES) para realização de audiência pública com o objetivo de debater os efeitos e o aumento dos casos de dependência de jogos de apostas eletrônicas, conhecidos como "bets". Foram sugeridas as participações de: representante do Ministério da Saúde (MS); psicólogo especializado em Dependência; representantes de Associações de Jogadores Anônimos; especialistas em Políticas Públicas de Saúde; e representante do Ministério Público Federal (MPF). A data e horário da audiência deverão ser divulgados oportunamente.

Governo Digital

- **Dataprev: Ordem é destruir silos de dados.** Durante a Semana Nacional de Inovação 2024, realizada na Escola Nacional de Administração Pública, o presidente da Dataprev, **Rodrigo Assumpção**, destacou a importância da Infraestrutura Nacional de Dados como essencial para a modernização do país. Assumpção explicou que essa infraestrutura é composta tanto por dados públicos quanto privados, e sua estruturação visa melhorar o uso das informações nos diferentes níveis do governo. Ele enfatizou que a base de dados nacional abrange não apenas informações governamentais, mas também dados da iniciativa privada, acadêmicos e de cidadãos, formando um ecossistema completo necessário para enfrentar os desafios do século 21. Com informações de: [Convergência Digital](#)

Economia & Tributário

- **Reforma Tributária: Vai ao senado projeto que regulamenta o Comitê Gestor do IBS e disciplina o contencioso administrativo do imposto.** O Plenário da Câmara dos Deputados concluiu ontem (30) a votação do [PLP 108/2024](#), que regulamenta o Comitê Gestor do IBS e disciplina o contencioso administrativo do imposto. A matéria vai ao Senado Federal. Na ocasião, foi aprovada com 403 votos favoráveis e nenhum contrário, uma [Emenda Aglutinativa](#) apresentada pelo relator, deputado Mauro Benevides Filho (PDT/CE), fruto de acordo realizado pela maioria dos partidos da Casa. A Emenda aprovada acolheu os seguintes destaques apresentados:
- » Destaque nº 1: retira a possibilidade de incidência de ITCMD sobre distribuição desproporcional de dividendos;
 - » Destaque nº 4: retira da incidência do ITCMD a transmissão de aportes financeiros capitalizados sob a forma de planos de previdência privada;
 - » Destaque nº 6: permite a transferência de saldo credor acumulado a mesmo grupo econômico; e
 - » Destaque nº 7: prevê que devem ser observadas as regras específicas de responsabilidade solidária previstas pela legislação de regência do IBS, da CBS e do Imposto Seletivo.
- **Apresentado relatório sobre regulamentação da reforma tributária do Grupo de Trabalho da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).** Criado em agosto, o grupo de trabalho investigou o [PLP 68/2024](#) e, durante a apresentação do relatório, o senador **Izalci Lucas** (PL/DF) expressou reservas quanto à neutralidade tributária prometida, alertando que a ausência de alterações pode resultar em aumento da carga tributária para diversos setores, prejudicando empregos e investimentos. O presidente da CAE, **Vanderlan Cardoso** (PSD/GO), elogiou o trabalho realizado e a quantidade de audiências públicas realizadas, que contou com a participação de especialistas. No total, o relatório sugere **70 modificações à proposta**, que serão encaminhadas ao senador **Eduardo Braga** (MDB/AM), relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Entre as mudanças propostas destacam-se isenções para sindicatos, doações sem contraprestação, além da redução de alíquotas do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) para diversos setores, como alimentação, saúde e turismo. A proposta também inclui a possibilidade de os contribuintes do Simples Nacional mudarem de regime de recolhimento do IBS e da CBS até duas vezes por

ano, ampliando a flexibilidade para pequenos empreendedores. Além disso, recomenda que os serviços de telecomunicações poderiam conceder *cashback*. Com informações de: [Agência Câmara](#)

- **Pronto para inclusão na pauta da CFT projeto que dispõe sobre o financiamento de startups pelos fundos constitucionais.** A deputada Laura Carneiro (PSDRJ) apresentou parecer favorável ao [PL 5306/2020](#) (*financiamento de startups pelos fundos constitucionais*) na forma do substitutivo adotado pela CINDRE, no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação (CFT). A matéria encontra-se pronta para inclusão na pauta deliberativa da Comissão. Após análise da CFT, o projeto passa ainda pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e do Plenário e, caso aprovado na forma de substitutivo, retorna ao Senado Federal para deliberação das alterações promovidas. Caso aprovado na forma do texto aprovado pelo Senado Federal, a matéria será remetida à sanção presidencial.
- **BNDES aprova R\$ 1,1 bi em créditos com verba do Fust; R\$ 1,4 bi estão em consulta.** O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou a aprovação de R\$ 1,1 bilhão em financiamentos provenientes do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicação (Fust), com o objetivo de expandir o acesso à internet de alta velocidade em diversas regiões do Brasil, incluindo escolas públicas e favelas. Além desse montante já aprovado, outros **R\$ 1,415 bilhão** estão em processo de consulta no banco, sendo que **R\$ 520 milhões** estão em fase avançada de análise de crédito, enquanto **R\$ 895 milhões** ainda aguardam o cumprimento de pré-requisitos e discussões com a equipe técnica do BNDES. Caso esses recursos sejam liberados, a previsão é que o total de financiamentos ultrapasse R\$ 2,5 bilhões até o final do próximo ano. **José Luis Gordon**, diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do BNDES, destacou que o banco tem recebido demandas de qualidade e se encontra preparado para atender a esses projetos, reforçando a importância da tecnologia e da inclusão digital no desenvolvimento socioeconômico do país. Com informações de: [Estado de S. Paulo](#)
- **Pronto para inclusão na pauta da CCTI projeto que dispõe sobre medidas de estímulo ao empreendedorismo feminino.** A deputada **Daiana Santos** (PCdoB/RS) apresentou parecer pela aprovação com substitutivo ao [PL 840/2021](#) (*estímulo participação feminina em TI*), aos apensados e ao substitutivo adotado pela CMULHER no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI). A matéria encontra-se pronta para inclusão na pauta deliberativa da Comissão. O parecer da relatora defende a necessidade de revisão do texto em virtude da aprovação da [Lei nº 14.925/2024](#), que prorroga prazos acadêmicos por parto ou adoção, de modo que a proposta possa dialogar com a legislação já existente. Após análise da CCTI, o texto segue para deliberação das Comissões de Educação (CE); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) antes de ser levado à votação no Plenário da Câmara dos Deputados
- **Designada relatora de projeto que cria o Programa de Estímulo ao Empreendedorismo Feminino.** O [PL 1912/2022](#) (*programa de estímulo ao empreendedorismo feminino*) e apensados foi redistribuído para a Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS), onde será relatado pela deputada Any Ortiz (CID/RS). Ainda será aberto prazo para apresentação de emendas ao projeto, que deve se estender até 20 de novembro. Com efeito, o projeto deixará de ser analisado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE) onde tinha como

relatora a deputada Any Ortiz. Aguarda-se a apresentação de parecer para inclusão da matéria na pauta da Comissão. Após deliberação da CICS, a matéria segue para apreciação das Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER); de Finanças e Tributação (CFT); e de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC). Se aprovado, vai ao Senado Federal – *salvo a interposição de recurso para deliberação anterior pelo Plenário da Câmara*.

- **Mdic cria ‘guichê único’ para investidores.** O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) estão colaborando na criação de uma plataforma virtual que visa a simplificação das exigências regulatórias ligadas aos investimentos privados no Brasil. O anúncio da iniciativa foi feito na última segunda-feira (28) durante o Fórum Brasileiro de Investimentos. Apesar do avanço na proposta, ainda **não foi definida uma data** para o lançamento da plataforma. O vice-presidente e responsável pelo Mdic, **Geraldo Alckmin**, esteve presente no evento, destacando a importância da tecnologia como ferramenta para facilitar o ambiente de negócios no país, promovendo um clima mais favorável aos investidores. Com informações de: [Valor Econômico](#)
- **Empresários e trabalhadores apoiam programa Nova Indústria Brasil, mas sugerem ajustes.** No dia em que o governo anunciou um aumento nos investimentos para o programa Nova Indústria Brasil (NIB), empresários e representantes de trabalhadores discutiram, durante uma audiência na Câmara dos Deputados, a necessidade de ajustes na política industrial com a finalidade de fomentar a criação de empregos e ampliar a participação do setor na composição do Produto Interno Bruto (PIB). A discussão ocorreu na Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE) e destacou o lançamento do NIB no início deste ano, que apresenta metas de “neointustrialização” mais ambiciosas em comparação aos planos anteriores de reindustrialização, focando na exploração de novos segmentos com alta complexidade tecnológica. As diferentes entidades que participaram da audiência expressaram apoio à nova política, mas mencionaram a importância de implementá-la como uma estratégia de Estado. **Samantha Ferreira e Cunha**, representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), enfatizou que é essencial que essa política busque mitigar desigualdades e impulsionar o crescimento em níveis mais elevados. Com informações de: [Agência Câmara](#)

Trabalhista

- **Vai à CCJC projeto que revoga regras sindicais.** A Comissão de Trabalho (CTRAB) aprovou o PL 1663/2023 (revogação de regras sindicais) nos termos do substitutivo do deputado **Ossesio Silva** (REP/PE). O projeto segue para apreciação da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) de forma conclusiva. Em caso de aprovação, a matéria será remetida ao Senado Federal - *salvo recurso interposto para apreciação anterior pelo Plenário da Câmara dos Deputados*.

Internacional

- **Haddad diz que transição climática e inteligência artificial serão os maiores desafios para os países.** Durante o XXVII Congresso Internacional de Direito Constitucional, realizado pelo Instituto de Direito Público (IDP) em Brasília, o ministro **Fernando Haddad** (Fazenda), destacou que a transição climática, juntamente com o avanço da inteligência artificial, será um dos principais desafios enfrentados pelos países nas próximas décadas. Segundo Haddad, enquanto algumas nações poderão encarar essa transformação apenas como um conjunto de “problemas”, o Brasil se vê diante de “problemas e oportunidades”. Ele enfatizou que a abordagem correta para a questão ecológica pode resultar em um “ecossistema” que favoreça ganhos econômicos significativos, especialmente para aqueles que souberem explorar as novas possibilidades que surgem. Com informações de: [Valor Econômico](#)
- **Governo brasileiro anuncia medida provisória que regula remessas internacionais.** O **Governo Brasileiro** publicou a [Medida Provisória nº 1.271/2024](#), que estabelece novas diretrizes para remessas internacionais realizadas por meio de plataformas de comércio eletrônico. A iniciativa exige que empresas, sejam elas nacionais ou estrangeiras, que utilizam sistemas digitais para intermediação de compras e vendas informem **previamente** à Receita Federal sobre as importações antes da chegada dos produtos ao Brasil. Além disso, tais empresas **devem** garantir que os tributos federais e estaduais, cobrados do destinatário, sejam devidamente repassados para o sistema informatizado do órgão responsável.

Administração Pública

- **Anatel revoga resoluções que estruturavam escopos organizacionais.** A Anatel publicou o [Despacho Decisório nº 3/2024](#), que **revoga** a [Resolução nº 770/2024](#), a qual propunha a criação de uma nova Superintendência Executiva e de uma Gerência de Planejamento Estratégico dentro da agência. A superintendência tinha a função de **coordenar** as atividades das demais áreas com o objetivo de assegurar a implementação do Plano Estratégico e do Plano de Gestão Tático da Anatel. A proposta também visava aprimorar o monitoramento das **tendências** no setor de **telecomunicações**, gerando propostas para facilitar o **acesso à tecnologia** e capacitar a população digitalmente. Além disso, a resolução previa a modernização das atribuições da Anatel, incluindo a **supervisão** da restituição aos consumidores e a realização de **estudos** para identificar **oportunidades** e desafios no campo das **telecomunicações**.

Consultas & Compras Públicas

- **"MGI Lança Consulta Pública para Definir Diretrizes de Segurança Cibernética com Foco em Ferramentas de XRD e Antimalware.** O Ministério da Gestão e Inovação (MGI) divulgou o [Aviso de Consulta Pública nº 4/2024](#), que visa reunir contribuições até o dia 8 de novembro para estabelecer as diretrizes e especificações técnicas necessárias à contratação de serviços de segurança cibernética. O foco da consulta é a implementação de ferramentas **antimalware** que incluam recursos de **XRD (Extended Detection and Response)**. A iniciativa destaca a importância da proteção digital em um cenário onde ameaças cibernéticas são cada vez mais

frequentes. As informações detalhadas sobre a [Consulta](#) estarão disponíveis a partir de 30 de outubro.

- **Indústria eletrônica comemora margens de preferência em compras públicas.** O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), em conjunto com a Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável, anunciou uma resolução destinada a promover a fabricação nacional por meio de margens de preferência em licitações públicas. Essa resolução estabelece uma **lista de produtos manufaturados no Brasil que serão beneficiados por condições favoráveis em processos licitatórios**. Dentre os produtos destacados, encontram-se itens dos **setores de informática, telecomunicações, semicondutores**, energia elétrica, automação, equipamentos industriais, materiais elétricos, iluminação, instrumentação laboratoriais e componentes veiculares. Com informações de: [Teletime](#)
- **Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) abre consulta pública para aprimorar a infraestrutura de fibra ótica do tribunal.** O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) lançou a [Consulta Pública nº 7/2024](#), que ficará aberta até 18 de novembro, com o objetivo de receber sugestões sobre as especificações técnicas para a aquisição de equipamentos de rede de fibra ótica. Essa iniciativa visa aprimorar a infraestrutura de armazenamento de dados de backup e de produção do tribunal, essencial para garantir a segurança e eficiência nos serviços prestados. Os interessados em contribuir podem enviar suas propostas e considerações pelo e-mail disponibilizado pelo tribunal: dilit@trf1.jus.br.

Nomeações

- **MAPA nomeia novo responsável por coordenar a pasta de operações e projetos de tecnologia da informação.** Em uma recente [portaria](#) divulgada, o Ministério da Agricultura e Pecuária nomeou **Rafael Alves Borges** como Coordenador-Geral de Operações e Projetos da Subsecretaria de Tecnologia da Informação.
- **Governo Federal estabelece Comitê Supervisor da Taxonomia Sustentável Brasileira.** A [Portaria de Pessoal CITSB/MF nº 7/2024](#), estabelece a **composição do Comitê Supervisor da Taxonomia Sustentável Brasileira**, iniciativa que busca promover a coordenação e a articulação entre os grupos técnicos e o comitê consultivo, seguindo as diretrizes do [Decreto nº 11.961/2024](#).
- **MCTI dispensa coordenador-geral de instrumentos de apoio à inovação.** O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) publicou a [Portaria de Pessoal nº 809/2024](#), que determina a dispensa de **Kelyane da Silva** do cargo de Coordenador-Geral de Instrumentos de Apoio à Inovação, na Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação. A mudança ocorre no Departamento de Apoio aos Ecossistemas de Inovação.
- **MPO designa responsável para coordenar políticas comerciais.** O Ministério de Planejamento e Orçamento (MPO) nomeou **Lazaro Coelho de Deus Lima** como novo

Coordenador de Política Comercial da Coordenação-Geral de Integração Econômica, conforme estabelecido pela [Portaria MPO nº 748/2024](#).

- **MMA designa nova Coordenadora-geral de Tecnologia.** Esta semana, foi [designada](#) **Juliana Ribeiro Leite Dias dos Santos** para a função de Coordenadora-Geral de Tecnologia da Informação, da Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração, do Serviço Florestal Brasileiro, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).
- **MCID dispensa coordenador-geral de governança de tecnologia da informação.** Foi [dispensado](#) **Leonardo Gomes Miranda** da função de Coordenador-Geral de governança da tecnologia da informação, da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, no âmbito do Ministério das Cidades.
- **Coordenador de Segurança da Informação do Ministério de Minas e energia foi nomeado.** Foi [nomeado](#) **Cláudio Pereira** para o cargo de Coordenador de Segurança da Informação e Comunicação, da Superintendência de Tecnologia da Informação e Inovação, da Agência Nacional de Mineração, no âmbito do Ministério de Minas e Energia (MME).
- **Ministério da Indústria designa nova diretora do Departamento de Transformação Digital.** **Cristiane Vianna Rauen** foi [designada](#) para exercer a função de Diretora do Departamento de Transformação Digital e Inovação, do Ministério do Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços (MDIC), no âmbito da Presidência da república, dispensando **Marcos Toscano Siebra Brito** da função.
- **Exonerado coordenador de Governança de Dados no Ministério das Comunicações.** **Herculano Araújo Rodrigues De Oliveira** foi [exonerado](#) essa semana do cargo com função de Coordenador do processo de governança de dados e evidências setoriais, na Gerência de Planejamento Estratégico, no âmbito do MCOM.
- **Foi apresentado novo coordenador-geral de Inovação Tecnológica e Produtiva no MDIC.** Esta semana, foi [apresentado](#) **Cristiano de Santana Pereira** para exercer a função de Coordenador-Geral de inovação tecnológica e produtiva, do Departamento de Transformação Digital e Inovação, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, dispensando **Cristiane Vianna Rauen** da função supracitada.